

Número de 2024 e 2023 - (em Reais)		
Trimestre Líquido	Notas	2024

		Notas		2024		2023		Notas		2024		2023		Fínidos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)				
Ativo Circulante								Passivo Circulante										
Caixa e Equivalente de Caixa	4	21.645.307,05	13.455.084,35					Fornecedores		4.793.319,59		4.651.794,46		Receitas Líquidas				
Adiantamentos a Empregados	5	615.631,95	486.166,72					Obrigações Trabalhistas		9		5.537.040,14		6.007.047,76		Contratos de Contratos de Gestão		
Créditos de Contrato de Gestão	6	101.266.715,47	57.581.142,07					Obrigações Sociais e Fiscais		10		4.659.824,56		3.975.641,53		Realização de Bens Públicos em		
Outros Créditos		1.554,07	-					Contas a Pagar				235.441,71		321.097,28		nosso poder		
		123.529.208,54	71.522.393,14					Provisões para Férias e Encargos				8.395.899,36		7.971.137,03		10.558,84		
												23.621.525,36		22.926.718,06		9.692,08		
Ativo Não Circulante								Passivo Não Circulante								(-) Repasse destinado à		
Imobilizado	7	54.756,87	46.166,28					Provisão para Contingências		11		379.229,00		-		aquisição de Imobilizado		
Intangível	8	125,61	377,01					Contas a Pagar				-		25.298,53		3.g		
		54.882,48	46.543,29					Bens Públicos em nosso poder		12		54.882,48		46.543,29		(18.898,03)		
												434.111,48		71.841,82		(2.160,00)		
								Patrimônio Líquido										
								Patrimônio Social				48.570.376,55		28.485.996,56		(0,03)		
								Superávit do Exercício		25		50.958.870,07		20.524.356,59		(19.908.960,69)		
								Transferências Patrimoniais				(792,44)		(439.976,60)		(187.153.151,31)		
												99.528.454,18		48.570.376,55		(162.330.717,29)		
								Total do Passivo e										
								Patrimônio Líquido				123.584.091,02		71.568.936,43		(126.415.716,53)		
Total do Ativo		123.584.091,02		71.568.936,43				Patrimônio Líquido				123.584.091,02		71.568.936,43		(110.940.751,74)		
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios fínidos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)								Transferências								(59.941.850,56)		
								Patrimônio Social								(51.303.592,99)		
								Superávit										
								Acumulado										
Saldo em 31 de dezembro de 2022								24.250.101,69										
Incorporac�o do Superávit								(24.250.101,69)										
Incorporac�o das Transferências Patrimoniais								4.235.894,87										
Transferências Patrimoniais								-										
Superávit do Exercício								-										
Saldo em 31 de dezembro de 2023								20.524.356,59										
Incorporac�o do Superávit								20.524.356,59										
Incorporac�o das Transferências Patrimoniais								(439.976,60)										
Transferências Patrimoniais								-										
Superávit do Exercício								-										
Saldo em 31 de dezembro de 2024								50.958.870,07										
								50.958.870,07										
								(792,44)						(792,44)				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-						-				
								-										

Estado de São Paulo, sob o nº 15.100.011, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17,

declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicada no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertiooga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura do Município de São Paulo** o **Contrato de Gestão nº 003/2007**, visando a operacionalização da Gestão, Apoio à Gestão e execução das atividades e serviços de saúde na Microrregião do M'Boi Mirim através do **Programa de Retaguarda Hospitalar - PROREHOSP**. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade.

2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis - 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras carve-out da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 937, de 16 de dezembro de 2004, que altera a Lei de Diretrizes e Bases nº

de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. Estas demonstrações financeiras carve-out contemplam apenas os bens, direitos, obrigações e o resultado das operações do Programa de Retaguarda Hospitalar PROREHOSP, gerido pelo CEJAM. Dessa forma, as demonstrações financeiras carve-out podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Programa de Retaguarda Hospitalar – PROREHOSP tivesse operado como uma única entidade independente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras carve-out, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração da Entidade na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. • As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a: • Vida útil do ativo imobilizado. • Provisões em geral. Não houve mudanças significativas nas estimativas do período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a estas demonstrações de demonstrações financeiras consolidadas. Tratando-se de informações

As primeiras demonstrações financeiras carve-out da Entidade e continuaram sendo adotadas continuamente a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025. **3.a) Instrumentos financeiros: • Reconhecimento e mensuração inicial:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **• Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2024, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os instrumentos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação subsequente à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em

datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR). Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. • **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método do custo amortizado.

Respostas: Classificação mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. • **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido entre eles é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de realizá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. • **Instrumento financeiro derivativo:** A Entidade não possuía, em 31 de dezembro de 2024, nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. **3.b) Imobilizado:** • **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2024 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas anteriormente definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. **3.c) Intangível:** • **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulares e não circulares são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **3.l) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024:** As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2024, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não

Fínidos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)			
	Notas	2024	2023
Receitas Líquidas	13	241.042.577,17	182.609.023,95
Contratos de Contratos de Gestão	14	241.050.916,39	202.510.452,56
Realização de Bens Públicos em nosso poder		10.558,84	9.692,08
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(18.898,03)	(2.160,00)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(0,03)	(19.908.960,69)
Custos		(187.153.151,31)	(162.330.717,29)
Pessoal e Reflexo	16	(126.415.716,53)	(110.940.751,74)
Serviços Terceirizados	17	(59.941.850,56)	(51.303.592,99)
Medicamentos e Materiais de Consumo	18	(795.584,22)	(86.372,56)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	23	(28.664.041,13)	(25.300.036,57)
(-) Isenção da CPP Usufruída	23	28.664.041,13	25.300.036,57
(=) Resultado Bruto		53.889.425,86	20.278.306,67
Despesas		(7.052.692,16)	(2.241.304,37)
Impostos, Taxas e Contribuições		(12.601,51)	(2.005,84)
Despesas Gerais	19	(6.660.861,65)	(2.239.298,53)
Provisões para Contingências		(379.229,00)	-
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		1.411.747,33	1.096,52
Receitas com Doações		814,99	-
Outras Receitas		1.410.932,34	1.096,52
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		48.248.481,03	18.038.098,81
Resultado Financeiro	15	2.710.389,04	2.486.257,78
Receitas Financeiras		2.719.658,48	2.498.155,42
(-) Despesas Financeiras		(9.269,44)	(11.997,64)
Superávit do Exercício	25	50.958.870,07	20.524.356,59
Demonstração do Resultado Abrangente dos Períodos fínidos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)			
		2024	2023
(=) Superávit do exercício		50.958.870,07	20.524.356,59
Total do Res. Abrangente do Exercício		50.958.870,07	20.524.356,59
Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios fínidos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)			

Atividades Operacionais	2024	2023
-------------------------	------	------

Superávit do Exercício	50.958.870,07	20.524.356,59
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	(122.165,02)	121.611,15

Adiantamentos a Empregados	(129.465,23)	124.644,15
Créditos com Contrato de Gestão	(43.685.573,40)	(40.886.487,43)
Outros Créditos	(1.554,07)	153.283,91

Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	141.525,13	1.726.482,17
Obrigações Trabalhistas	(470.007,62)	1.655.611,65
Obrigações Sociais e Fiscais	684.183,03	587.562,21
Provisões para Férias e Encargos	424.762,33	524.639,78
Provisão para Contingência	379.229,00	-
Outras Obrigações	(110.954,10)	135.795,23
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	8.191.015,14	(15.454.111,74)
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(18.898,03)	(2.160,00)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(18.898,03)	(2.160,00)
Atividades de Financiamento		
Recebimento de numerário para aquis. de Imobilizado	(18.898,03)	2.160,00
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(792,44)	(439.976,60)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	18.105,59	(437.816,60)
Variação Líquida nas Disponibilidades	8.190.222,70	(15.894.088,34)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	13.455.084,35	29.349.172,69
Disponibilidades no Final do Exercício	21.645.307,05	13.455.084,35
Variação Líquida nas Disponibilidades	8.190.222,70	(15.894.088,34)

	2024	2023
Banco – Aplicações Financeiras	17.611,21	6.259.866,70
Banco Santander (Brasil) S.A.	21.627.695,84	7.195.217,65
Banco do Brasil		

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio das aplicações financeiras foi de 10,9891 % ao ano.

5. Adiantamento a Empregados

	2024	2023
Adiantamento a Empregados	815.224,65	122.123,30

Adiantamentos de Férias	615.631,95	486.166,72
	615.631,95	486.166,72
6. Créditos de Contratos de Gestão	2024	2023
Contrato de Gestão nº 003/2007		
(PROREHOSP)	101.266.715,47	58.909.474,46

(-) Provisão para Devedores Duvidosos - (1.328.332,39)

	101.266.715,47	57.581.142,07
--	-----------------------	----------------------

Por deliberação de sua diretoria, a Entidade está provisionando como per-

da por crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo a receber da Prefeitura Municipal de São Paulo, o montante considerado como suficiente para

7. **Imobilizado**

Imobilizado de Gestão Pública	Taxa	2023	Adições	Depreciação	2024
----------------------------------	------	------	---------	-------------	------

Maquinas e Equipamentos	10%	6.414,29	9.509,15	(2.318,61)	13.604,83
Equipamentos					

de Uso Médico	10%	12.342,95	-	(2.930,13)	9.412,82
Equipamentos de Informática	20%	1.525,89	-	(215,70)	1.310,19

Móveis e Utensílios	10%	23.503,44	7.862,99	(4.228,75)	27.137,68
---------------------	-----	-----------	----------	------------	-----------

Aparelhos e Inst. de Uso Médico	10%	3.905,60	-	(614,16)	3.291,44
		46.166,28			54.756,87

Conforme preceituado no Contrato de Gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por

conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

Intangível de Gestão Pública	Taxa	2023	Adições	Amortização	2023
------------------------------	------	------	---------	-------------	------

Direitos de Uso de Sistemas	20%	377,01	-	(251,40)	125,61
		377,01			125,61

	2024	2023
9. Obrigações Trabalhistas		
Salários a Pagar	5.507.518,82	5.973.171,43
Descontos a Pagar	11.221,22	10.752,50

Pensoes Alimenticias a Pagar	11.931,63	16.753,52
Rescisões a Pagar	17.589,69	17.122,81
	5.537.040,14	6.007.047,76

10. Obrigações Sociais e Fiscais	2024	2023
INSS a Recolher	470.398,18	456.046,76
FCTG a Recolher	226.624,25	222.618,21

FGTS a Recolher	936.694,35	722.648,91
Contribuições Sindicais e Assist. a Recolher	6.792,84	1.614,44
IRRF a Recolher	2.696.744,28	2.502.545,73

IRRF Retido de PJ a Recolher	78.574,13	71.292,42
CSRF a Recolher	470.620,78	221.029,68
INSS Retido de PJ a Recolher		463,59

INSS Retido de PJ a Recomeçar	-	483,59
	4.659.824,56	3.975.641,53

Contingências	2024
Contingências Trabalhistas	379.229,00
	379.229,00
A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.	
A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas avariados com perda possível no montante de R\$ 6.142.341,00, sem provisão contábil constituída.	

12. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 54.882,48 em 2024 e R\$ 46.543,29 em 2023, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do Contrato de Gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

13. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

14. Receitas com Convênios	2024	2023
Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	241.050.916,39	202.510.452,56
	241.050.916,39	202.510.452,56
15. Receitas e Despesas Financeiras	2024	2023
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.719.658,43	2.472.507,09
Descontos Obtidos	0,05	25.748,33
(-) Juros Bancários	-	(8,45)
(-) Tarifas Bancárias	(8.639,16)	(11.370,29)
(-) Juros e Mora Comerciais	(630,28)	(618,90)
	2.710.389,04	2.486.257,78

A Administração e Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM, gestora do Programa de Retaguarda Hospitalar – PROREHOSP São Paulo – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis "carve-out" do Programa de Retaguarda Hospitalar – PROREHOSP ("Entidade"), filial do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" ("Entidade" ou "CEJAM") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Programa de Retaguarda Hospitalar – PROREHOSP ("Entidade"), filial da Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim"- CEJAM ("Entidade" ou "CEJAM") em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002 R1 – Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 – Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) – Entidade sem finalidade lucros". **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out":** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out". Consequentemente, essas demonstrações contábeis "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em rela-

16. Custos com Pessoal Próprio	2024	2023
Remunerações	106.315.476,52	92.922.012,04
Benefícios	9.936.420,09	9.977.199,39
Encargos Sociais	10.163.819,92	8.041.540,31
	126.415.716,53	110.940.751,74
17. Custos com Serviços Terceirizados	2024	2023
Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas	59.038.096,61	50.548.015,26
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	903.753,95	755.577,73
	59.941.850,56	51.303.592,99

18. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo	2024	2023
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	698.119,74	1.472,00
Materiais de Consumo	53.280,11	52.559,22
Materiais de Conservação e Reparos	680,76	1.205,10
Outros Materiais e Insumos	43.503,61	30.836,24
	795.584,22	86.372,56

19. Despesas Gerais	2024	2023
Contas de Consumo	41.807,99	38.450,54
Aluguéis	276.528,79	212.709,86
Administrativas	6.001.603,96	1.976.564,79
Bens Não Imobilizados	326.154,58	1.292,29
Outras Despesas Gerais	14.766,33	10.281,05
	6.660.861,65	2.239.298,53

20. Coberturas de Seguros: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

21. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

22. Certificado Beneficente de Assistência Social (Cebas): Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição 60, Seção 1, Pág. 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGECR/CEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. Atendendo à legislação e demais regulamentações vigentes, a Entidade protocolou tempestivamente seu requerimento de renovação junto ao Ministério da Saúde sob o nº 25000.150614/2024-48, em 07/10/2024, o qual permanece em análise. Até o momento, o proces-

so de renovação não foi concluído. No entanto, a Entidade está amparada pelo disposto no art. 14 do Decreto nº 11.791/2023, que estabelece: "Art. 14. A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação apresentado tempestivamente." A Administração do CEJAM e seus Assessores entendem que todos os procedimentos obrigatórios foram cumpridos de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, garantindo o deferimento do pedido de renovação do CEBAS. Dessa forma, consideramos legítimo o benefício da Isenção Previdenciária Usufruída.

23. Imunidade das Contribuições Previdenciárias (Quota Patronal): A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2024 foi de R\$ 28.664.041,13 e do ano de 2023 foi de R\$ 25.300.036,57 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Imunidade das Contribuições Previdenciárias	2024	2023
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	28.664.041,13	25.300.036,57
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	-	-
	28.664.041,13	25.300.036,57

(-) Imunidade Usufruída
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento (28.664.041,13) (25.300.036,57)
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas - -

24. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

25. Superávit do Exercício: O Superávit do Exercício de 2024 foi de R\$ 50.958.870,07 e em 2023 foi de R\$ 20.524.356,59.

26. Eventos Subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes às demonstrações contábeis "carve-out" de 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 31 de dezembro de 2024.

Dr. Mário Santoro Junior
Gerente de Desenvolvimento Institucional
Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3

parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Carlos Aragaki

Contador CRC 1 SP 132091/O-1